



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 00091.009253/2020-29)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de limpeza e tratamento de fachadas e estruturas em concreto aparente de diversas edificações localizadas no Complexo Sede da ABIN/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Código CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor de Referência
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de limpeza e tratamento de fachadas e estruturas em concreto aparente de diversas edificações localizadas no Complexo Sede da ABIN/DF	1600	Unidade	1	R\$ 435.830,88

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global (EPG), uma vez que os quantitativos estão bem definidos, sem possibilidade de variações ou imprevistos a serem observados durante a fase de execução do trabalhos.

1.4.1. A justificativa pela escolha do regime de EPG se sustenta pelas condições de estimar os quantitativos do objeto com certa precisão, não obstante ser serviço de conservação e reparo, conforme preconiza o Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário.

1.5. O contrato terá prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável nas hipóteses do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

1.5.1. Tal prazo de vigência foi adotado a fim de permitir a execução dos serviços no período de estiação em Brasília e as etapas de recebimento provisório, definitivo e pagamento.

1.6. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias após a data autorizada na ordem de serviço.

1.6.1. Os serviços deverão ser executados seguindo a ordem disposta no item 7.14 deste Termo de Referência.

1.7. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 435.830,88 (quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), conforme detalhamento presente na seção 22 (Estimativa de Preços e Preços Referenciais).

1.8. Os itens, quantidades, descrições e locações estão no Projeto Básico e demais anexos deste Termo de Referência.

1.9. A Planilha Orçamentária, utilizada para definição dos valores da contratação, foi elaborada com base em vistoria in loco aos locais que receberão os serviços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. O serviço aqui descrito enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, já que ele impõe ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço em um período predeterminado.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Gerais

5.1.1.1. A Contratada deverá garantir condições de salubridade ambiental, ou seja, deverá entregar ambientes estanques à água, evitando acúmulo de umidade e proliferação de insetos e microrganismos;

5.1.1.2. A Contratada deverá empregar materiais que resistam a solicitações de montagem ou manutenção, ou seja, que suportem as cargas transmitidas por pessoas e objetos nas fases de montagem ou de manutenção;

5.1.1.3. Os materiais aplicados não devem apresentar quaisquer sinais que indique o comprometimento do seu desempenho;

5.1.1.4. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com as Especificações Técnicas e Caderno de Encargos, em conformidade com este Termo de Referência e seus documentos anexos;

5.1.1.5. Toda mão de obra deverá ser fornecida pela Contratada, devendo ser dotada de experiência e qualificada para a execução do objeto contratado;

5.1.1.6. Todos os materiais e ferramentas necessários à execução do Contrato deverão ser fornecidos pela Contratada, incluindo escadas, furadeiras, chaves de fenda ou qualquer outra ferramenta demandada pelo serviço;

5.1.1.7. Todos os equipamentos de proteção individual - EPI - e de proteção coletiva - EPC - deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus colaboradores, certificando-se de que os mesmos sejam utilizados durante toda a execução dos serviços;

5.1.2. Na execução dos serviços, a Contratada deverá proteger paredes, forros, pisos, esquadrias, móveis, grades, vidros, vegetações, instalações e demais elementos existentes nos locais de execução dos serviços, com lonas, espuma, placas de madeira compensada e outros materiais adequados, de modo a evitar quaisquer danos ou inconvenientes, a exemplo da infiltração de água pelas esquadrias.

- 5.1.2.1. Os materiais utilizados para proteção não serão objeto de medição específica, devendo estar incluso na proposta do licitante.
- 5.1.3. As áreas a serem tratadas serão lixadas mecanicamente, com o fim de eliminar sujeiras e resíduos de tratamentos superficiais anteriores. Serão realizados testes de procedimento de forma a garantir que os serviços serão desenvolvidos com a mínima abrasão suficiente para garantir a exposição da superfície do concreto.
- 5.1.3.1. As áreas a serem tratadas incluem reentrâncias e superfícies contínuas aos pilares e vigas expostos, de forma que todo o conjunto estrutural deverá ser limpo e tratado, tais como superfícies das vigas que servem de apoio para condensadoras, ligação dos pilares da fachada com a viga da cobertura.
- 5.1.4. A Contratada deverá proceder à limpeza de todas as superfícies em concreto aparente ou que for exposto, através de hidrojateamento com água pura, sem aditivos nem detergentes, à pressão de 2.000 psi (2.000 libras), de forma a retirar algas, mofo, poeira, fuligem e partículas soltas do substrato. Caso se mostre necessário para a retirada de depósitos de sujeiras maiores, será aplicado jateamento com areia.
- 5.1.5. A estucagem será executada no concreto limpo, o mais rapidamente possível após a secagem da água do hidrojateamento. Ela será realizada com pasta formada por cimento Portland 150, cimento Portland branco, resina acrílica e água. Após o início da secagem do estuque, deve-se proceder ao lixamento mecânico ou manual, com lixa fina (120 a 150 grãos/cm²), a fim de retirar todo o excedente da pasta de estucagem. Tais áreas serão limpas com escova de pelo e/ou panos úmidos após o lixamento, de forma a eliminar todo o pó resultante deste último processo e garantir a aderência do hidrofugante a ser aplicado.
- 5.1.6. A Contratada executará o tratamento das superfícies em concreto aparente ou tornado exposto, com a aplicação de 3 (três) demãos de hidrofugante à base de silano-siloxano.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.
- 5.4. Nas especificações técnicas, pranchas e planilha orçamentária foram previstas marcas e modelos para alguns materiais, que poderão ser substituídos por outras marcas desde que guardem equivalência técnica com a especificação original.
- 5.4.1. A licitante deverá indicar as marcas dos materiais cotados em sua proposta e, caso contrário restará entendido que esta estará empregando as marcas e modelos descritos no projeto básico e caderno de encargos e especificações técnicas.
- 5.4.2. Será considerado equivalente técnico todo material que desempenhar idêntica função construtiva, com mesmo grau de qualidade e que apresente as mesmas características exigidas nestas especificações.
- 5.4.3. Caberá à Contratante decidir sobre similaridade, podendo exigir da licitante amostra para testes e diligências.
- 5.4.4. A Contratada deverá providenciar, tempestivamente, todos os elementos que subsidiem a análise da qualidade do material a ser empregado bem como as evidências de equivalência técnica.
- 5.4.5. Produtos de qualidade inferior aos especificados ou que não atendam às normas técnicas serão rejeitados e, caso instalados sem a autorização da Fiscalização, deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante.
- 5.5. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, seu engenheiro responsável e encarregado técnico, devendo seguir as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, nos termos dos artigos 69, 70 e 71 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5.5.1. Os serviços devem ter os padrões de acabamento especificados, utilizando materiais de qualidade e equipes treinadas, credenciadas e com experiência nas atividades englobadas pelo contrato.
- 5.5.2. Eventuais danos às instalações da Contratante, em virtude dos serviços realizados pela Contratada, são de responsabilidade desta.
- 5.5.3. A Contratada deverá garantir a integridade da estrutura após a realização dos serviços.
- 5.6. Deverão ser considerados códigos, leis, decretos, portarias, instruções, resoluções ou qualquer outra peça que compõe as legislações federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive documentos do sistema CREA/CONFEA e das concessionárias de serviços públicos, especialmente o Manual de Obras Públicas - Edificações - Práticas da SEAP.
- 5.7. Deverão ser consideradas, juntamente com o estipulado neste documento, as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - relativas ao objeto, sejam elas de execução, de desempenho, de especificação, de métodos de ensaio, de terminologia, de padronização ou de simbologia, notadamente as normas abaixo listadas de forma não exaustiva:
- 5.7.1. NBR 15475/2015 - Acesso por corda - Qualificação e certificação de pessoas;
- 5.7.2. NBR 15595/2016 - Acesso por corda - Procedimento para aplicação do método;
- 5.7.3. NBR 6494/1990 – Segurança nos andaimes;
- 5.7.4. NBR 9575/2010 - Impermeabilização - Seleção e Projeto;
- 5.7.5. NBR 6118/2014 - Projeto de Estruturas de Concreto - Procedimento;
- 5.7.6. Em caso de omissão, poderão ser utilizadas diretrizes de normas internacionais ou normas/recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados.
- 5.8. A Contratada deverá atender também aos ditames das Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento e/ou Ministério da Economia, destacando-se:
- 5.8.1. NR-1 - Disposições Gerais;
- 5.8.2. NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 5.8.3. NR-11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- 5.8.4. NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 5.8.5. NR-35 - Trabalho em Altura;
- 5.8.6. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010;
- 5.8.7. Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014;
- 5.8.8. Portaria SLTI/MP n.º 02, de 16 de março de 2010;
- 5.8.9. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (3ª edição, revista, atualizada, ampliada. Abril/2020).
- 5.9. A Contratada deverá seguir ainda:
- 5.9.1. Normas internacionais consagradas, em caso de falta de normas da ABNT, ou para complementar os temas previstos em normas nacionais.
- 5.9.2. Disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.
- 5.9.3. Recomendações dos fabricantes.
- 5.10. Os casos omissos às normas citadas nos itens anteriores serão orientados pelas diretrizes de normas internacionais ou normas/recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados.
- 5.11. Os serviços realizados devem contar com a garantia mínima fornecida pelo seu respectivo fabricante, sem ônus adicional à Contratante, correndo o prazo de garantia a partir do Recebimento Definitivo do objeto. Serão substituídos, sem ônus, para o Contratante e por conta da Contratada, quaisquer peças que, dentro desse prazo, apresentem defeitos de fabricação ou montagem.
- 5.11.1. Adicionalmente, os serviços deverão possuir a garantia prevista no art. 618 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- 5.12. Em caso de divergência entre os documentos que integram esta licitação, a Contratante deverá ser consultada para definição da solução adequada. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da Fiscalização, anotando no Livro de Ocorrência dos serviços.
- 5.13. Os serviços e materiais aplicados terão a garantia mínima determinada na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a contar do Termo de Recebimento

Definitivo.

- 5.13.1. A garantia obrigatoriamente cobrirá:
- 5.13.1.1. Descascamento, amarelecimento e/ou opacidade da camada protetora aplicada;
- 5.13.1.2. Surgimento de manchas decorrentes de umidade;
- 5.13.1.3. Surgimento de manchas decorrentes de fuligem ou crescimento de organismos vivos;
- 5.13.1.4. Danos decorrentes dos materiais e serviços aplicados;
- 5.13.1.5. Fissuras, desagregação e desprendimento da estucagem;
- 5.13.1.6. Infiltrações entre a estucagem e o substrato.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3445-9643 ou (61) 3445-8565.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, devendo a licitante executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

6.2.1. Para a vistoria o Licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao Licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. Realizada a visita/vistoria, a COENG emitirá atestado de vistoria, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, atestando por escrito que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

6.6. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria, deverá apresentar declaração de não vistoria, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente os serviços contratados, conforme determinações deste Termo de Referência e seus anexos.

6.6.1. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

6.6.2. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

6.7. A apresentação do(a) atestado de vistoria/declaração de não vistoria, conforme modelo disponibilizado neste Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame para a aceitação da proposta vencedora.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem Início dos Serviços, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, estando o Contrato assinado e quando as condições climáticas assim permitirem, se for o caso, cujas etapas observarão ainda o Cronograma Físico-Financeiro e no item 7.11 deste Termo de Referência.

7.1.1. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem de Início dos Serviços.

7.1.2. A Ordem de Início dos Serviços somente será emitida após a entrega e conferência das devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).

7.1.3. Os referidos documentos deverão ser apresentados em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, estando condicionada ainda à conferência e à aprovação das informações neles discriminadas.

7.1.4. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Início dos Serviços não será emitida pela Fiscalização até sua regularização.

7.1.5. Também como requisito para emissão da ordem de serviço, deverá ser entregue lista com nome, função, CPF e RG de todos os profissionais que adentrarão no Complexo da ABIN para prestar os serviços. Eventuais alterações na lista de funcionários apenas pode ser realizada 1 (uma) vez por semana. Funcionários que necessitem entrar esporadicamente, tais como entregadores, fornecedores ou similares, deverão ter o agendamento solicitado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

7.2. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, representada pelo responsável técnico por ela alocado no Contrato, devendo ser desenvolvidos de forma que o produto final atenda rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e todos os seus instrumentos anexos, das normas técnicas nacionais e internacionais, das normas de concessionárias, das normas do corpo de bombeiros (CBMDF), das recomendações de fabricantes e fornecedores, e de toda a legislação federal e distrital, inclusive as de caráter ambiental.

7.3. Os serviços devem ter os padrões de acabamento especificados, utilizando materiais de primeira qualidade e equipes treinadas e com experiência nas atividades englobadas pelo Contrato, resultando em um produto final de primeira qualidade.

7.4. Durante a execução do Contrato, a Contratada deverá considerar todos os códigos, leis, decretos, portarias, instruções, resoluções ou qualquer outra peça que compõe as legislações federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive documentos do sistema CREA/CONFEA, do CBMDF e das concessionárias de serviços públicos.

7.4.1. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar, em momento oportuno, qualquer incoerência, falha ou omissão constatada.

7.4.2. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.

7.4.3. A Contratada submeterá previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do Contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

7.4.4. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da Fiscalização e mediante registro do fato no Relatório Diário de Ocorrências.

7.4.5. Uma vez aprovados os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da Fiscalização.

7.4.6. Depois de verificadas pela Fiscalização, as amostras serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facultar a qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

7.4.7. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.666/1993.

7.4.7.1. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

7.4.8. Qualquer modificação necessária a execução dos serviços deverá ser documentada pela Contratada, registrando todas as revisões e complementações ocorridas, inclusive alterações em desenhos e especificações de materiais e de técnicas executivas, fornecendo, ao final do Contrato, o projeto *As Built* e seu respectivo Databook.

7.4.8.1. O recebimento do objeto e o pagamento da última fatura estarão condicionados à apresentação e aprovação do projeto *As Built* e seu respectivo Databook.

7.4.8.2. Entende-se por Databook o compilado de documentos tais quais, e sem se limitar a, manuais, orientações de uso e manutenção, garantias dos serviços, laudos de ensaios e todos as demais peças relevantes para o objeto contratado.

7.5. Os serviços deverão ser desenvolvidos durante o expediente regular da Contratante: das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

7.5.1. Em casos excepcionais e justificados, poderá a Contratada solicitar, por escrito e acompanhado de justificativa técnica, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a execução de serviços fora do horário normal de expediente.

7.5.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência.

7.6. Após a assinatura do Contrato, a expedição da Ordem de Início dos Serviços somente será realizada após Reunião Inicial, para esclarecer pontos relevantes, tais como:

- a) o objeto do contrato;
- b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer apenas entre o Fiscal do Contrato e o preposto da Contratada;
- c) as providências previstas para a inserção da Contratada no órgão (ocupação de espaço físico, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás e concessão de perfis de acesso ao órgão);
- d) o modelo de execução do objeto;
- e) o modelo de gestão do contrato;
- f) o cronograma de execução física dos serviços;
- g) as formas de recebimento provisório e definitivo;
- h) os procedimentos de faturamento e pagamento;
- i) as sanções e glosas aplicáveis; e
- j) demais assuntos relevantes para a execução contratual.

7.7. De acordo com a necessidade, poderão ser agendadas ainda Reuniões Intermediárias, ao longo da execução contratual, para atualização de informações e esclarecimentos relevantes, conforme a necessidade do objeto pactuado.

7.8. Todo o entulho e resíduos gerados devem ser periodicamente acondicionados e transportados para local apropriado dentro do canteiro, aguardando momento oportuno de transporte externo e destinação adequada, conforme legislação local e federal.

7.8.1. A Contratada deverá entregar uma via do Certificado de Transporte de Resíduos (CTR) à Fiscalização, comprovando a destinação adequada dos resíduos.

7.8.2. Nenhum entulho poderá ser retirado dos locais de trabalho antes da emissão e entrega à Fiscalização do correspondente CTR.

7.8.3. Os entulhos deverão ser dispostos em caçambas ou similares, sendo totalmente vedado deixá-los expostos no gramado da edificação, no interior desta ou sem condicionamento adequado.

7.9. É de responsabilidade da Contratada a guarda e a conservação de materiais, acessórios, peças e aparelhos durante a execução dos serviços, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.10. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços dentro do prazo de execução contratual, esta deverá expor os motivos à Fiscalização, por escrito, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do objeto contratado, sendo necessária a celebração de Termo Aditivo para eventual dilação de prazo de execução previstos no contrato.

7.10.1. Essa exposição não representa aceitação de dilação de prazo pela administração, indica, porém, que será apenas analisada, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste Termo de Referência.

7.11. Os serviços deverão ser executados seguindo rigorosamente a sequência abaixo:

7.11.1. Primeiro mês

- a) Bloco B;
- b) Bloco C;
- c) Bloco D;
- d) Castelo d'água do Bloco Q.

7.11.2. Segundo mês

- a) Bloco E;
- b) Bloco G;
- c) Bloco H;
- d) Bloco J1;
- e) Nobreak;
- f) Castelo d'água CEPESC.

7.11.3. Terceiro mês

- a) Bloco L;
- b) Bloco M;
- c) Bloco P;
- d) Bloco CC;
- e) Bloco X;
- f) Castelo d'água Bloco J.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, *in loco*, pelos fiscais do contrato com base neste Termo de Referência e seus documentos anexos.

8.2. O Contrato será gerido por um fiscal titular e um fiscal substituto, devendo toda e qualquer comunicação ser realizada direta e exclusivamente com eles, por escrito, inclusive via e-mail, devendo-se registrar ocorrências relevantes no Relatório Diário de Ocorrências (RDO), inclusive eventuais comunicações verbais.

8.2.1. Não serão reconhecidas ocorrências sem o registro formal, conforme procedimento acima.

8.3. A Fiscalização rejeitará, do todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações que constam neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei nº 8.666/1993.

8.3.1. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos de execução e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos, sem ônus

adicional à Contratante.

8.3.2. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais notificarão a Contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e a qualidade do serviço.

8.4. Os serviços serão pagos mensalmente, com base nas faturas/medições emitidas pela Contratada e atestadas pela Contratante, levando em consideração os eventuais ajustes nos valores a serem pagos, de acordo com a vistoria *in loco*, e o máximo desembolso previsto no cronograma físico-financeiro.

8.4.1. O Cronograma Físico-Financeiro da Contratante, anexo deste Termo de Referência, tem a função de apresentar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previsto pela Administração.

8.5. Os critérios de medição de cada serviço são os definidos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

8.6. Deverá ser alocado 1 (um) engenheiro civil pleno ou arquiteto, com ART registrada no CREA/DF ou RRT no CAU, por, no mínimo, 2 (duas) horas diárias, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela interlocução entre Contratante e Contratada, vedada a utilização de profissionais sem qualificação comprovada, tais como estagiários, aprendizes ou afins.

8.6.1. O engenheiro civil ou arquiteto responsável deverá ser o mesmo que consta nos documentos apresentados junto à proposta da Licitante, sendo aceita a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, formalizada previamente junto à Contratante.

8.6.2. Caso o profissional não detenha competência para o acompanhamento dos serviços, deverá ser substituído sem ônus para a Contratante.

8.6.3. O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade, sem ônus para a Contratante.

8.6.4. O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição, de teste ou de recebimento do objeto.

8.7. Deverá também ser alocado 1 (um) encarregado geral, em tempo integral, com competência técnica adequada ao objeto do contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato.

8.8. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão seguir o regime de tempo especificado durante toda a duração do contrato, sendo responsáveis pelo preenchimento do Relatório Diário de Ocorrências, ao final de cada jornada de trabalho, bem como pelo controle do uso de EPI's e EPC's.

8.8.1. Caso solicitado pela Administração, a Contratante deverá apresentar também atestados de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

8.8.2. A entrada de fornecedores diversos, a serviço da Contratada, também deverá ser alvo de agendamento prévio, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, informando-se o nome e o CPF do motorista (e seus ajudantes, conforme o caso); a data e o horário da entrega; e o nome do fornecedor.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A Contratada deverá fornecer todos os insumos, sejam eles mão de obra, materiais, equipamentos (inclusive os de segurança, individual e coletiva), peças, acessórios ou utensílios, necessários à integral prestação dos serviços englobados pelo Contrato, devendo incluir em sua proposta todos os custos que julgar serem necessários, não sendo estes objeto de medição específica.

9.1.1. A não descrição de qualquer insumo necessários à completa execução do objeto não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventual acréscimo de preços.

9.1.2. Mesmo a Contratante dispondo de qualquer insumo necessário à execução do Contrato, este poderá não ser cedido à Contratada, mesmo a título de empréstimo.

9.1.3. A Contratada é responsável pelo seu próprio planejamento e logística de compras, de fornecimento e de contratação de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, de forma que os serviços não sejam interrompidos por atrasos dos seus respectivos fornecedores, não podendo este atraso ser invocado pela Contratada como motivo para eventual aditamento do prazo de execução.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES MP nº 05/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.11.1. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

10.11.2. Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, aprovando o serviço;

10.11.3. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

10.11.4. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

10.11.5. Reparação dos vícios verificados, dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas

especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou irregularidade que se verifique no local dos serviços, para a adoção das medidas necessárias por parte da Contratante.

11.8.1. A não observância deste dispositivo, em tempo hábil para a tomada de providências, transferirá para a Contratada a responsabilidade pelo funcionamento ou pela instabilidade de elementos defeituosos.

11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho adequado e salubre, inclusive quanto a equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica, ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros ou divergirem das especificações técnicas contidas neste Termo de Referências e seus anexos.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, até o recebimento definitivo do serviço.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.26. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, função, CPF e RG, atualizando-a sempre que houverem alterações.

11.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

11.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.28.1. Tal obrigação se dá a fim de garantir o sigilo e segurança das instalações da ABIN.

11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.30. Instruir seus empregados quanto:

a) À necessidade de acatar as normas internas e de segurança orgânica da Contratante;

b) Ao sigilo das informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; e

c) Às atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função; e

d) À prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

11.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.33. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.35. Elaborar o Relatório Diário de Ocorrências, incluindo diariamente, pelo responsável técnico pela execução do Contrato, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como e sem se limitar a:

- a) Número de funcionários e de equipamentos;
- b) Condições de trabalho e condições meteorológicas;
- c) Serviços executados por cada equipe;
- d) Situação das atividades em relação ao previsto no cronograma físico-financeiro;
- e) Registro de impedimentos e ocorrências relevantes;
- f) Comunicados e solicitações à Fiscalização.

11.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.36.1. Serão substituídos, sem ônus para o Contratante e por conta da Contratada, quaisquer peças que, dentro desse prazo, apresentem defeitos de fabricação ou de montagem.

11.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

11.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

11.44. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do Licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato,

nos termos do art. 13, II do Decreto nº 7.983/2013.

11.45. Observar:

- a) as normas técnicas, a legislação (federal, estadual, distrital e municipal) e as normas de concessionárias que com o objeto se relacionarem, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e adotando todas as providências e as precauções necessárias, inclusive realizando consultas e obtendo licenças, autorizações e demais documentos exigíveis, na forma da legislação aplicável, junto aos respectivos órgãos competentes.
- b) as normas de segurança corporativa da Contratante.
- c) as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos e sua respectiva destinação.

11.46. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme Resolução CONAMA nº 257/1999.

11.47. Iniciar os serviços contratados a partir da data acordada na Ordem de Início dos Serviços.

11.48. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas dos serviços.

11.48.1. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços (vias públicas, calçadas, paredes, pinturas, forros, instalações e etc.), utilizando materiais e acabamentos idênticos e/ou equivalentes aos existentes, podendo a Contratante descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços.

11.48.2. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.

11.48.3. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.

11.49. Conferir, em campo, todas as medidas e condições dos locais de aplicação/instalação dos materiais antes de executar qualquer serviço, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de quaisquer das etapas da obra.

11.50. Fornecer aos seus funcionários todos as ferramentas, utensílios e equipamentos (inclusive os de proteção, individual e coletiva) necessários e compatíveis com os serviços englobados no escopo do projeto, monitorando e controlando seu correto uso.

11.51. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente equipados, com todos os EPI's necessários, fardados e identificados com uso permanente de crachás.

11.51.1. Todos os funcionários da Contratada que irão executar os serviços deverão utilizar uniformes e equipamentos de proteção individual, ambos em bom estado, e composto por, no mínimo: calça, camisa profissional (com logo e nome da empresa), bota de segurança e capacete de proteção.

11.51.2. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

11.51.3. De acordo com a natureza das atividades a serem desenvolvidas, outros equipamentos de proteção pode ser necessários.

11.52. Armazenar os materiais removidos/demolidos em local indicado pela Contratante, aguardando avaliação e autorização de descarte.

11.52.1. Todo material cujo descarte tenha sido autorizado deverá ter a correta destinação, conforme a legislação ambiental, sob total responsabilidade da Contratada.

11.52.2. Os materiais cujo descarte não sejam autorizados continuarão pertencendo à Contratante, para reutilizá-lo conforme sua conveniência.

11.52.3. Todo material ou componente cuja reutilização esteja prevista deverá ser adequadamente armazenado, sob a responsabilidade da Contratada, até o momento oportuno da sua reinstalação.

11.53. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular Fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela Contratante e com competência para responder e tomar decisões pela Contratada.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e em seus anexos.

14.4. A Fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.8. As atividades de gestão e Fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de Fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A Fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade e quantidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da

prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A Fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.16.1. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante.

14.16.2. A Administração, a seu exclusivo critério, poderá aceitar o atendimento a normas diversas das especificadas neste Termo de Referência e em seus anexos, desde que reste comprovada a equivalência ou superioridade técnica da nova solução quando comparada ao que está sendo inicialmente exigido.

14.16.3. A qualquer tempo, a Administração, a seu critério exclusivo, poderá solicitar amostra dos materiais que estão e serão aplicados, podendo exigir inclusive laudo técnicos dos fabricantes.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN SEGES MP nº 005/2017.

14.18. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Recebimento dos Serviços (Medições)

15.1.1. A emissão da nota fiscal/fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

15.1.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

I - A medição deverá conter somente os serviços efetivamente prestados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura, devendo respeitar ainda os critérios de medição prescritos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, anexos deste Termo de Referência.

15.1.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e atenderem ao critérios de medição prescritos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

I - Considerar-se-á "etapa" a conclusão total dos serviços em cada um dos blocos descritos no item 7.11 deste Termo de Referência.

15.1.1.3. A Contratada apresentará também, a cada medição, os documentos exigidos neste Termo de Referência, tais como certificados de transporte de resíduos (CTRs) e documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.1.1.4. Será necessário entregar os laudos técnicos e termos de garantia de todos os materiais aplicados naquela etapa de medição, além de serem anexados ao Databook a ser entregue ao término dos serviços.

15.1.2. O recebimento provisório dos serviços (vistoria de medição) será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.1.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, conforme medição prévia apresentada pela Contratada, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar correções, arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.1.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.1.2.3. Para fins de aceitação, os serviços devem atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto, sob pena serem rejeitados e refeitos.

15.1.2.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório dos serviços (medição).

15.1.2.5. O recebimento provisório dos serviços (medição) também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.1.2.6. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.1.2.7. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

15.1.3. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, a Fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.1.3.1. Quando a Fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à Fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.1.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.1.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato ou a Fiscalização, conforme o caso, deverá providenciar o recebimento definitivo dos serviços, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.1.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

15.1.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.1.4.3. Comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base na medição aprovada pela Fiscalização.

15.2. Do Recebimento Provisório do Objeto

15.2.1. Executado todos os serviços no escopo do Contrato, estando os mesmos em condições de serem recebidos, a Contratada deverá comunicar a ocorrência à Fiscalização, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de Recebimento Provisório do Objeto.

- 15.2.1.1. A emissão da referida comunicação fora do prazo contratual caracterizará atraso, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis previstas em Contrato
- 15.2.2. Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados da notificação da Contratada, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório do Objeto, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes, em 2 (duas) vias.
- 15.2.2.1. Não será realizado Recebimento Provisório do Objeto com serviços não executados, assim considerados aqueles executados parcialmente ou que não atendem às especificações do projeto.
- 15.2.2.2. Caso a Fiscalização constate que os serviços não foram finalizados ou que existem parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação, implicando a não emissão do Termo de Recebimento Provisório e, caso ultrapassado o prazo de execução do objeto, caracterizar-se-á atraso.
- 15.2.2.3. Caso, durante a vistoria para o Recebimento Provisório do Objeto, a Fiscalização constate defeito ou incorreção no serviço prestado, não será emitido o Termo de Recebimento Provisório. Será emitida lista de pendências e de correções, concedendo-se prazo compatível e de, no máximo, 15 (quinze) dias da data de sua emissão, para a Contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.
- 15.2.2.4. A Fiscalização rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com a legislação, as normas técnicas, o contrato, a proposta vencedora ou o Termo de Referência e seus anexos, devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sem ônus adicional à Contratante, sem prejuízo da aplicação de penalidades
- 15.2.2.5. São impeditivos para Recebimento Provisório do Objeto quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento, estética ou ocupação da edificação e seus elementos.
- 15.2.2.6. Serviços aprovados ao longo da execução contratual, mas que apresentaram vícios ou defeitos durante o recebimento provisório, após a respectiva medição, deverão ser corrigidos, registrando ocorrências no Termo de Recebimento Provisório.
- 15.2.3. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará, dentro do prazo acordado e por escrito, nova comunicação à Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.
- 15.2.4. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a Fiscalização emitirá comunicado interno, em até 10 (dez) dias, contados da comunicação da Contratada, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao Recebimento Provisório do Objeto.
- 15.2.4.1. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.
- 15.3. **Do Recebimento Definitivo do Objeto**
- 15.3.1. No prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório do Objeto, será observado o funcionamento/produzitividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto.
- 15.3.2. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da vistoria, para efetuarem-se as correções necessárias. O não cumprimento do prazo a que se refere este subitem caracterizará atraso.
- 15.3.3. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da Contratada, será efetuada vistoria final e, após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do presente Termo de Referência e seus anexos, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Objeto, em até 30 (trinta) dias da comunicação da Contratada.
- 15.3.4. O valor da última fatura, conforme cronograma físico-financeiro, somente será liberado para pagamento após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e cumprimento de todas as obrigações da Contratada, tais como entrega da documentação *As Built*, do Databook, do diário de obras, dos manuais, dos termos de garantia dos equipamentos e produtos utilizados na execução dos trabalhos e demais documentos relevantes para o objeto contratado.
- 15.4. Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços, pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato, pela responsabilidade ética profissional pela execução do Contrato ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor
- 15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
16. **DO PAGAMENTO**
- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - o período de prestação dos serviços;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- não produziu os resultados acordados;
 - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade e quantidade mínima exigida;
 - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da

regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 6% a.a. = (6/100)/365 = 0,00016438.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2.1. Tendo em vista que o cálculo do índice (INCC-DI) é realizado entre o primeiro e o último dia do mês, o resultado demonstra uma perspectiva mais exata dos preços do mês de referência, quando comparado ao INCC-M, calculado entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência, e ao INCC-10, calculado entre o dia 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em virtude de o objeto possuir um valor estimado de baixa monta e baixa complexidade.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.1.6. Não manter a proposta.

19.2. Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,10% (um décimo por cento) até 0,50% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da respectiva etapa atrasada, isto é, que não atendeu aos critérios de medição e, por isso, não pode ser considerada concluída, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, limitada a incidência a 30 (trinta) dias.

a) A apuração dos atrasos será feita por meio das medições mensais previstas no cronograma físico-financeiro que, caso não apresentada pela Contratada, será realizada pela fiscalização exclusivamente para a apuração do atraso, não sendo base de pagamento para a Contratada. A fiscalização poderá ainda realizar avaliações intermediárias com o intuito de subsidiar a aplicação de penalidades no prazo que julgar cabível.

b) Na aplicação da penalidade, será avaliação a reincidência ou não de atraso, com penalidades progressivas segundo a **Tabela 1**.

c) Em casos excepcionais, caso a multa prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a Contratante poderá, mediante despacho fundamentado, decidir pela não aplicação da penalidade ou pela sua conversão em **advertência**.

Tabela 1 - Porcentagens de multa diária conforme frequência do atraso.

Frequência	Caracterização	Multa diária
Eventual	Uma única vez	0,10%
Intermitente	Mais de uma vez, em períodos de medição não consecutivos	0,25%
Constante	Mais de uma vez, em períodos de medição consecutivos	0,50%

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior a 15 (quinze) dias ou de inexecução parcial da obrigação assumida, que também estará configurada quando:

a) Decorridos 50% (cinquenta por cento) do prazo total de execução do objeto, a Contratada tiver executado 20% (vinte por cento) a menor do que o previsto no cronograma físico-financeiro apresentado;

b) Decorridos 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de execução do objeto, a Contratada tiver executado 15% (quinze por cento) a menor do que o previsto no cronograma físico-financeiro apresentado;

c) Decorridos 100% (cem por cento) do prazo de execução do objeto, a Contratada tiver executado menos do que 80% (oitenta por cento) do total contratado; ou

d) Houver atraso injustificado por mais de 15 (quinze) dias após o término do prazo fixado para a conclusão do Contrato. Após esse prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, que também estará configurada quando atrasar, injustificadamente, o início dos serviços, por mais de 15 (quinze) dias após a data indicada na Ordem de Início dos Serviços.

19.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três e dois décimos por cento) sobre o valor da etapa prevista para o mês em referência do contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 2 e 3**,

a) Caso a infração se inicie em um determinado mês e a sua regularização se dê somente no mês seguinte, o valor da multa será calculado de forma ponderada, com base nos respectivos valores dos meses: o da data de registro da infração e o da data de registro da sua regularização.

19.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.3. As sanções previstas nos subitens **19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **tabelas 2 e 3**:

Tabela 2 - Graus de infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor da etapa do mês de referência
2	0,4% sobre o valor da etapa do mês de referência
3	0,8% sobre o valor da etapa do mês de referência
4	1,6% sobre o valor da etapa do mês de referência
5	3,2% sobre o valor da etapa do mês de referência

Tabela 3 - Infrações e seus respectivos graus e incidências.

INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU
Deixar de entregar ART/RTT e demais documentos pertinentes à execução do Contrato.	Por dia	01
Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou sem EPI.	Por ocorrência e por funcionário	01
Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização.	Por dia e por serviço	02
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	Por dia e por funcionário	03
Reutilizar materiais sem autorização expressa da Contratante.	Por ocorrência	03
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	Por dia	04
Danificar ou destruir documento por culpa ou dolo dos seus funcionários.	Por ocorrência	04
Não permitir o livre acesso da Contratante aos locais dos serviços ou aos documentos necessários ao acompanhamento do Contrato.	Por ocorrência	04
Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	Por ocorrência	05
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	Por ocorrência	01
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço.	Por dia e por funcionário	01
Disponibilizar relatório diário de obras, diariamente atualizado, para a análise da Fiscalização.	Por ocorrência	01
Comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	Por ocorrência	01
Providenciar a limpeza contínua e permanente dos locais de serviço, deixando os locais dos serviços diariamente arrumados e limpos.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	02
Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	02
Fornecer equipamentos de proteção, individual ou coletiva, aos seus empregados e fiscalizar a sua devida utilização.	Por ocorrência e por profissional	02
Comunicar à Contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade, acidente ou ocorrência relevante verificados durante a execução do Contrato, para a adoção de providências necessárias à sua regularização.	Por ocorrência	02
Armazenar, em local indicado pela Contratante, os materiais retirados cujo descarte não tenham sido autorizados.	Por ocorrência	02
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	03

Indicar e manter, durante toda a execução do contrato, os profissionais (encarregado geral, engenheiro civil e preposto) previstos neste Termo de Referência.	Por dia e por profissional	03
Consultar previamente a Fiscalização, se houver necessidade de modificar ou de adequar algum detalhe executivo.	Por ocorrência	04
Recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos equivalentes aos pré existentes	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	04
Corrigir, substituir ou reparar, às suas expensas, dentro do prazo de garantia dos serviços executados, erros, defeitos e/ou irregularidades identificados e formalmente descritos pela Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	05

19.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

19.7.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

19.8. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Autoridade Competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.9.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em plena validade, na entidade profissional competente expedida pelo Conselho de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada a Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto do presente Termo de Referência.

20.3.1.1. *Justificativa:* O inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666/93 autoriza o Órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados "registro ou inscrição na entidade profissional competente". A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela Lei nº 5.194/1966, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela entidade não é encontrada regulamentada através de lei em sentido estrito. A exigência do Edital decorre da literalidade do art. 1º da Lei 6.839/1980. Por outro lado, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), na Resolução nº 336/1989, em seu art. 4º, determina que a pessoa jurídica enquadrada em qualquer uma das classes do art. 1º só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

20.3.2. Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com aval do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região competente, por meio de CAT com registro de atestado, que indique a licitante como empresa contratada para execução dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, quais sejam:

20.3.2.1. **Execução de limpeza de concreto aparente, por hidrojateamento e/ou jato de areia, em área mínima de 1.500,00 m².**

20.3.2.2. **Execução de proteção de concreto aparente, com estucagem e/ou hidrofugante/hidrorrepelente, em área mínima de 1.500,00 m².**

20.3.2.3. **Será aceito o somatório de quantitativos de diferentes atestados para o mesmo serviço. Ou seja, o quantitativo mínimo de 1500 m² para a limpeza não necessariamente deverá estar em um único atestado e o quantitativo mínimo de 1500 m² de proteção não necessariamente deverá estar em um único atestado.**

20.3.2.4. **Será admitido somatório de diferentes atestados para a comprovação da execução anterior de todos os dois tipos de serviços exigidos nos itens 20.3.2.1 e 20.3.2.2 acima, ou seja, o quantitativo mínimo do serviço de limpeza não necessariamente deve estar no mesmo atestado que comprove o quantitativo mínimo do serviço de proteção.**

20.3.2.5. **Esses serviços foram adotados como requisitos de qualificação técnica em virtude de, somados, representarem 78,31% do custo total estimado para o serviço.**

20.3.2.6. *Justificativa:* Caberá a Administração Pública com base na Lei nº 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica da Licitante, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I). A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica não tem como objetivo limitar o caráter competitivo que deverá nortear o procedimento licitatório, mas apenas aferir a experiência anterior da Licitante quanto ao objeto da licitação, necessária para a garantia da qualidade do serviço, não restringindo desta forma a competitividade do certame, de modo a dar cumprimento ao art.37, inciso XXI, da CF, e ao art. 3º, §1º da Lei 8.666/93.

20.3.3. Atestado de qualificação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

20.3.3.1. **Para engenheiro civil ou arquiteto: Execução de limpeza e proteção de superfícies de concreto aparente.**

20.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

20.3.4.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

f) garantias, seguros, licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

21.1.10.2. Subdimensionamentos e superdimensionamentos de até 10% (dez por cento) dos quantitativos inicialmente previstos serão consideradas irrelevantes e, por isso, não serão objeto de qualquer alteração contratual, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário.

21.1.10.3. Caso a subestimativa/superestimativa supere o percentual acima mencionado, somente serviços de materialidade relevante na curva ABC, assim considerados os que compõem o seu ramo A, serão considerados substanciais, conforme orientações contidas no Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário, sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para que possa haver alteração ulterior do contrato, nos termos do art. 65, II da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

21.1.10.4. A Licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte e/ou andaimes, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

21.1.10.5. A proposta ofertada deverá seguir as quantidades e especificações da Planilha Orçamentária, anexa deste Termo de Referência, cabendo à Licitante, em caso de identificação de erros, quantitativos ou qualitativos, proceder-se à impugnação tempestiva do instrumento convocatório, conforme Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário e art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

21.1.10.6. Não será admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto, salvo tecnicamente justificado, nos termos anteriormente apresentados.

21.1.10.7. É responsabilidade da Licitante conferir as informações dispostas neste documento e em seus anexos, no ato de elaboração da Proposta de Preços.

21.1.10.8. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Licitante vencedora, sem prejuízo ao disposto no art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/1993.

21.2. A formatação das planilhas da Licitante deverá coincidir ao máximo com as formatações adotadas nas planilhas apresentadas nos anexos. Além disso, na data marcada para a abertura das propostas, a proposta de preço deverá ser apresentada, também, em arquivo de planilha digital.

21.2.1. As exigências desse item contribuem para as diligências, de responsabilidade da Administração, para verificação dos critérios de aceitabilidade da proposta.

22. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 435.830,88 (quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária Completa, anexa deste Termo de Referência.

22.2. As parcelas de maior relevância na presente contratação são:

- a) Limpeza das estruturas de concreto aparente (15,53% do valor total);
- b) Estucamento e polimento das estruturas de concreto aparente (33,18% do valor total);
- c) Aplicação do hidrofugante (29,59% do valor total).

22.3. Nos termos da Lei nº 12.546/2011, em seu art. 7º, inciso III, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta as empresas do setor de construção civil. A opção da desoneração por obra ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização da obra, que é o caso presente.

22.3.1. Atualmente, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) para as empresas da construção civil é de 4,50% (quatro e meio por cento), e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

22.3.2. Conforme detalhado na planilha orçamentária, foram adotados valores referenciais iguais aos do SINAPI de dezembro/2020, desonerado, em conformidade com o art. 3º do Decreto 7.983/2013, uma vez que tal composição proporciona os menores custos para a administração pública. Contudo, cabe às Licitantes a aplicação da correta tributação a qual estiverem vinculadas.

22.3.3. Quando não foi possível a obtenção direta do serviço a ser executado, obedecendo as especificações técnicas dos projetos elaborados, foi utilizada composição própria, associando o banco de dados do SINAPI com outras fontes (e.g., SBC, SUDECAP, CPOS e FDE), conforme detalhado na Planilha Orçamentária Completa. Tal prática encontra respaldo no art. 6º do Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013.

22.4. O percentual de BDI adotado segue as recomendações do art. 9º do Decreto 7.983/2013, através da adoção dos referenciais propostos pelo Tribunal de Contas da União – TCU – por meio do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, conforme memória de cálculo da Planilha de Composição do BDI.

22.5. Os quantitativos e as especificações descritos na Planilha Orçamentária Completa e no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas foram obtidos a partir de medições *in loco*, devendo a licitante efetuar seus próprios levantamentos.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

24. ANEXOS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- a) Estudo Técnico Preliminar;
- b) Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;
- c) Declaração de Vistoria/Não vistoria (Modelo);
- d) Ordem de Início dos Serviços (Modelo);
- e) Relatório Diário de Ocorrências (Modelo);
- f) Planilha Orçamentária Completa, contendo: orçamento sintético, orçamento analítico (composições de custo unitário), Curva ABC e cronograma Físico-Financeiro; e
- g) Planilha de Memória de Cálculo dos quantitativos, encargos sociais e BDI.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 2021.